

O “modelo Barcelona” em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa*. Fraude y miseria del modelo Barcelona. Madrid: Los libros de la Catarata, 2007, 242 p.

Por Neiva Vieira da Cunha

As transformações urbanas atualmente em curso na cidade do Rio de Janeiro, motivadas particularmente pela realização da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016, têm provocado intenso debate e polêmica entre distintos setores da sociedade carioca. Acadêmicos, técnicos e gestores públicos, representantes da sociedade civil, organizações do terceiro setor, entre outros atores políticos, têm constituído importante arena pública em torno das propostas e ações do estado e do município, visando à preparação da cidade para a realização dos referidos megaeventos. O que está em questão, nesse contexto, é a percepção de que essa pode ser uma importante ocasião para uma discussão mais ampla sobre o legado social que esses eventos podem deixar para cidade, especialmente no que concerne às transformações sociais e à promoção de direitos urbanos fundamentais.

Dentre as experiências de realização de eventos de tal magnitude, os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, têm sido uma referência obrigatória para pensar tanto os impactos que esses eventos podem ter para as cidades organizadoras, quanto para sua projeção em nível internacional. Desse modo, o “modelo Barcelona”, como passou a ser conhecido, tem servido de inspiração primeira para os grandes acontecimentos esportivos que terão lugar no Rio de Janeiro, orientando as propostas de planejadores urbanos e arquitetos para sua transformação em “cidade olímpica”. Neste sentido, a leitura do livro de Manuel Delgado, *La ciudad*

mentirosa. *Fraude y miseria del modelo Barcelona* (Madrid: Los libros de la Catarata, 2007), nos oferece uma rara oportunidade de refletir, a partir de uma perspectiva comparativa, sobre o que se passou em Barcelona e o processo em curso no Rio, permitindo avaliar melhor os êxitos e limites do “modelo” em questão.

Professor titular de Antropologia da Religião do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Barcelona, coordenador do Programa de Doutorado em Antropologia do Espaço e do Território e do GRECS/*Grup de Recerca sobre Exclusió i Control Socials*, Manuel Delgado vem trabalhando, há alguns anos, sobre formas de apropriação do espaço público e construção de identidades coletivas em contextos urbanos, a partir de distintos campos empíricos na cidade de Barcelona. Entre seus trabalhos mais importantes estão *Diversitat i Integració* (1998), *Ciudad líquida, ciudad interrumpida* (1999), *El animal público* (1999), *Luces iconoclastas* (2001), *Dissoluciones Urbanas* (2002), *Elogi del vianant* (2005) e *Sociedades Movedizas* (2007), além de inúmeros artigos acadêmicos e colaborações em importantes veículos de comunicação.

Em seu livro, *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del modelo Barcelona* (2007), Manuel Delgado faz um balanço crítico da experiência de preparação da capital catalã para os Jogos Olímpicos, analisando, de uma perspectiva antropológica, o processo de consolidação de um modelo de empreendimento urbano que se tornou hegemônico no atual cenário internacional. Da perspectiva do autor, ao converter as cidades em produto de consumo, através de uma extraordinária estratégia de *marketing*, tal modelo vem sendo promovido pelo capital financeiro e imobiliário, assim como pela indústria do turismo e do entretenimento, que descobriram no território urbano uma enorme fonte de especulação e enriquecimento. São as **ciudades-commodities**, ou **ciudades-negócio**, produzidas através de dinâmicas globalizadoras de internacionalização de um modelo de intervenção urbana que realiza os interesses de grandes corporações multinacionais. Embora reconhecendo resultados positivos na experiência de Barcelona e a importância que tais eventos podem ter para a gestão urbana e economia local, o autor coloca em questão as reais motivações e interesses em jogo em tais processos, que vêm se expandindo e afetando outras cidades no mundo, como é o caso do Rio de Janeiro neste momento. Certamente que esses benefícios existem e devem ser potencializados. Mas para que isso aconteça é fundamental que se promova uma gestão participativa do espaço urbano, na qual os movimentos sociais desempenham papel crucial.

Ao longo dos sete capítulos que compõem o livro vai se desvelando uma outra realidade, que não faz parte do produto final vendido como “modelo Barcelona”, sempre apresentado como um modelo de requalificação eficaz contra as “patologias urbanas” e produtor de bem estar social e qualidade de vida. Ao analisar o caso de Barcelona, Delgado vai revelando os aspectos obscuros implicados no processo que a transformou em cidade olímpica, chamando a atenção para os perigos de tomá-la como paradigma de desenvolvimento e organicidade. À sombra da Barcelona-espetáculo, vai surgindo então o outro lado da moeda, o “reverso da grandiloquência oficial”, a Barcelona que expressa o padrão atual de gestão urbana de orientação neoliberal, com todas as suas consequências para a vida de seus habitantes. Como afirma Delgado, é a *urbes* convertida em fábrica de produção de sonhos e simulacros, que faz da sua própria mentira sua principal indústria.

Delgado inicia discutindo a origem do “modelo Barcelona”, apontando sua relação de continuidade com concepções vigentes ainda no período franquista, questionando, portanto, a ideia de ruptura e inovação do modelo em relação às políticas de planejamento urbano propostas anteriormente para a cidade. De fato, o que se evidencia nessa passagem é muito mais a possibilidade de realização de um projeto (que de novo não tinha nada), exceto o fato de haver encontrado finalmente condições favoráveis à sua realização a partir da realização dos Jogos Olímpicos e de tudo o que isso representava em termos de investimento e desenvolvimento urbano. Assim, essa “transição” teria muito mais um caráter de “transação”, no sentido da negociação de interesses que permitiram finalmente sua execução.

Denunciando seu caráter intervencionista e tecnocrático, Manuel Delgado afirma ter sido ele concebido por autoridades políticas, planejadores urbanos e arquitetos que acreditavam que seus desígnios e sua vontade ordenadora seriam suficientes para fazer desaparecer os conflitos e desigualdades que caracterizam o espaço urbano da “cidade moderna”. Numa crítica clara a um urbanismo modernista de extração racionalista e sua pretensão de constituir uma “cidade perfeita”, o autor nos alerta para a distância que existe entre a ordem projetada da “cidade ideal”, que realizaria uma identificação absoluta entre a perfeição do plano desenhado e relações sociais não menos projetadas, e a desordem da “cidade real”, constituída a partir dos processos de interação cotidiana da diferença, com todos os conflitos de interesses e contradições que lhe são inerentes.

Dentre as questões levantadas por Manuel Delgado podemos destacar a discussão em torno dos usos e manipulações da noção de diversidade cultural como slogan publicitário para a ‘venda’ de um produto. Barcelona seria, dessa perspectiva, uma cidade feita por todos e para todos, onde a mistura social seria enaltecida e explorada, desde que devidamente ‘modelizada’ e controlada. Uma espécie de “multiculturalismo cênico”, utilizado para promover uma determinada imagem da cidade. Tal esforço se expressaria, paradoxalmente, na busca de uma uniformidade identitária, forjada como uma “personalidade coletiva padronizada e falsa”, que, segundo Manuel Delgado, produziria coesão em torno de valores políticos hegemônicos mas não necessariamente democráticos, implicando um processo de homogeneização e estabelecimento de padrões ideais de comportamento e modos de habitar a cidade.

Associado ao processo de construção de uma identidade única seria também empreendida uma estratégia de produção daquilo que os urbanistas e arquitetos costumam definir como “espaços de qualidade”, a partir da invenção de “lugares de memória” e da proliferação de “políticas monumentalizadoras”. Essas ações teriam por objetivo tanto a valorização de um determinado ponto de vista sobre a história urbana quanto a viabilização dos planos e projetos governamentais. Na base de tal processo estaria a eleição de determinados fatos e acontecimentos históricos, em detrimento de outros, produzindo uma espécie de memória coletiva oficial e institucionalizada que passaria a orientar o uso prático e simbólico do espaço urbano. Para Delgado, trata-se de uma espécie de maquiagem, que recria o passado em função da valorização de aspectos que favorecem o marketing urbano e a eliminação dos obstáculos que poderiam inviabilizar a venda dessa cidade transformada em mercadoria para consumo. O que se pretende, a partir de tais processos, é construir uma imagem da cidade sem conflitos por oposição à ‘cidade real’, complexa e heterogênea.

Outra questão levantada pelo autor diz respeito à utilização dos termos “renovação”, “reabilitação” e “requalificação” urbana como eufemismos que mascaram processos de gentrificação e transformação de bairros populares, muitas vezes identificados como bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, conseqüentemente, inacessíveis à sua população de origem. Associados ao encarecimento do solo urbano e à especulação imobiliária, tais processos teriam tornado a cidade inacessível ao cidadão comum, fazendo de Barcelona uma cidade para poucos. Neste caso, a destruição de bairros inteiros considerados obsoletos,

associada à ausência de investimentos em políticas habitacionais, teve como consequência direta o aumento da pobreza e da segregação, com a expulsão de grande parte de sua população para as periferias da cidade. Desta perspectiva, o autor se pergunta a quem serviria, de fato, tais processos de transformação urbana.

Por outro lado, o afastamento das populações mais pobres das áreas nobres da cidade estaria diretamente relacionado ao incremento do uso da força e da violência, particularmente contra os jovens. Para serem bem sucedidos, esses projetos precisam afastar a pobreza para que ela não contamine o cenário principal onde se desenrolam as ações dos grandes empreendedores da cidade-espetáculo. E, para isso, é necessário cada vez mais o uso público da força. A partir de uma discussão mais geral sobre os significados que essa violência pode assumir em distintos contextos urbanos, Delgado observa que essa definição se dá sempre em função dos interesses em jogo. Desta perspectiva, a atuação do Estado e a violência contra as populações que habitam assentamentos urbanos precarizados ou áreas periféricas e sua criminalização são sempre justificadas. Para Delgado, essa obsessão em classificar os jovens moradores de bairros pobres como violentos e perigosos, transforma a violência numa espécie de ‘traço cultural’ dessa população, desviando a atenção dos contextos sociais altamente deteriorados nos quais elas se encontram.

Finalmente, Manuel Delgado discute a importância da participação dos cidadãos no debate político e da apropriação coletiva dos espaços públicos, através da ação dos movimentos sociais. Analisando as manifestações populares, Delgado observa que as forças de segurança, ao contrario de assegurarem sua realização, buscam sempre seu enfretamento, destituindo assim o espaço público de seu significado enquanto locus, por excelência, de expressão da participação democrática. Nas cidades-*commodities*, inspiradas no modelo Barcelona, a reconversão do território urbano em produto de *marketing* exige um controle permanente do espaço público. E a renúncia deliberada dos agentes políticos de sua responsabilidade em garantir direitos urbanos fundamentais, relaciona-se diretamente ao incremento de um padrão cada vez mais autoritário e violento de controle do espaço público, concebido como mero território para realização das grandes operações do capital imobiliário e promoção comercial e turística da cidade.

Assim, a construção de uma perspectiva comparativa entre a experiência de Barcelona e do Rio de Janeiro no que concerne à realização de mega-eventos pode nos ajudar a refletir, entre outras coisas, sobre a pressão que o setor privado

exerce sobre as políticas urbanas e o estabelecimento das parcerias público-privadas para seu financiamento, submetendo-as aos interesses do capital, como é o caso do Porto Maravilha; a pacificação de favelas em áreas estratégicas da cidade que, para além de seus efeitos positivos, trouxe como consequência o aumento da especulação imobiliária e seus efeitos em termos de gentrificação; os inúmeros processos de remoção de populações, muitas vezes de forma arbitrária e violenta, com seu afastamento para as periferias da cidade; o uso da violência contra essas populações e a criminalização da pobreza, particularmente dos jovens moradores de favela; o controle cada vez maior do espaço público através das políticas de “choque de ordem”, apenas para citar alguns exemplos, entre muitos outros que poderiam ser aqui mencionados.

Por todos esses motivos, a leitura de *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del modelo Barcelona* (2007), de Manuel delgado, torna-se fundamental para que possamos melhor avaliar o processo de transformação urbana em curso na cidade do Rio de Janeiro. Devemos olhar para a experiência de Barcelona com bastante cuidado e atenção, já que dela não nos aproximamos apenas pela natureza dos projetos que aqui estão sendo implementados, mas também, e sobretudo, por alguns de seus efeitos e consequências já perceptíveis. Certamente que a realização de tais eventos coloca a possibilidade de desenvolvimento urbano e construção de uma agenda que leve em consideração processos de transformação democrática da cidade. Mas para garantir que isso aconteça, a atuação dos movimentos sociais será decisiva para um debate crítico e formulação de prospectos políticos visando à construção de uma cidade mais justa e igualitária. Neste sentido, a sociedade carioca não deve permitir que a realização da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016, sirva apenas de *marketing* urbano, favorecendo exclusivamente os grandes empreendimentos e interesses privados, em detrimento da discussão em torno do significado mais amplo e democrático do espaço público. Ao contrário, deve exigir que essa seja uma oportunidade de realização de importantes direitos urbanos e de reconquista da cidade como espaço da cidadania.

Nota

- 1 Professora adjunta da UERJ e pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le-Metro/UFRJ). E-mail: neivavieiradacunha@gmail.com.